

## O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1984)  
FRANCISCO RAMEL PESTANA (1875-1890)  
JULIO MESQUITA (1895-1927)  
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)  
FRANCISCO MESQUITA (1915-1999)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)  
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)  
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)  
LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)  
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
PRESIDENTE  
ROBERTO CRISLIUMA MESQUITA  
MEMBROS  
FRANCISCO MESQUITA NETO  
JULIO CESAR MESQUITA  
LUIZ CARLOS ALENCAR  
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE  
FRANCISCO MESQUITA NETO  
DIRETOR DE JORNALISMO  
EURÍPEDES ALCÂNTARA  
DIRETOR DE OPINIÃO  
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA  
MARTANA UEMURA SAMPATO  
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE  
PAULO BOTELHO PESSOA  
DIRETOR FINANCEIRO  
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

## NOTAS E INFORMAÇÕES

## Um ano sem intervenções no câmbio



**Autonomia formal do BC permitiu à instituição retomar o controle da inflação por meio da taxa básica de juros, sem ter de recorrer a intervenções cambiais para conter expectativas**

No ano passado, o Banco Central (BC) não realizou intervenções no mercado cambial. Pode parecer algo normal, mas foi a primeira vez que isso ocorreu desde 1999, quando o País adotou o regime de câmbio flutuante. A informação foi revelada pelo *Valor*, com base no cruzamento de dados sobre a atuação da autoridade no mercado de câmbio e os comunicados divulgados pela instituição.

Excetuando-se os leilões de rolagem que já estavam previstos no cronograma do BC, não houve, ao longo de

todo o ano de 2023, anúncios de contratos de swap cambial, compra ou venda de dólares à vista ou novos leilões de linha, ou seja, de venda de dólares com compromisso de recompra.

Como mostrou o jornal, há boas razões para justificar esse comportamento. O BC explicou não ter identificado disfuncionalidades que justificassem uma intervenção. De fato, o saldo comercial positivo, em razão das exportações de commodities, ocasionou um forte fluxo de entrada da moeda norte-americana, e o dólar, embora saído de R\$ 5,27 no início do ano

para R\$ 4,85 no fim de 2023, apresentou baixa volatilidade.

O histórico de atuação do BC no mercado cambial mostra o quanto momentos como este são raros e, por isso mesmo, devem ser compreendidos e celebrados. Em alguns períodos dos últimos 25 anos, chegou-se a contar as intervenções na casa das centenas, como em 2014, auge da série, com 492 ações, a maioria swaps cambiais para conter a desvalorização do real ante o dólar.

À época, no cenário externo, o dólar ganhava força com a perspectiva de aumento dos juros norte-americanos; internamente, havia uma percepção de piora das condições fiscais. O BC, no entanto, mantinha os juros inalterados desde abril, e só elevou a Selic em outubro, decisão que surpreendeu o mercado e alimentou rumores sobre a interferência do governo na instituição. Fazia apenas três dias que a presidente Dilma Rousseff havia sido reeleita.

A título de comparação, em 2022, também um ano eleitoral, o BC só interrompeu o ciclo de alta dos juros em setembro, dando fim a um ciclo de 12 aumentos consecutivos que havia sido iniciado em março de 2021. Naquele ano, a autoridade monetária realizou 14 intervenções cambiais – o segundo menor número desde 1999.

É evidente que há muitas outras condições a serem consideradas para fazer uma avaliação sobre o trabalho do Banco Central nesses dois períodos. Mas há uma, em especial, que não pode ser desconsiderada: a autonomia do BC, em vigor desde fevereiro de 2021.

A autonomia formal deu força para o BC combater a inflação, objetivo que

é sua função precípua. E, para fazê-lo, a principal e melhor arma à mão da autoridade monetária é a taxa básica de juros. A Selic elevada, por óbvio, também contribuiu para aumentar o diferencial de juros e para atrair capital estrangeiro para o País.

Além da Selic, os leilões que o BC faz no mercado cambial também podem ser usados como um instrumento para conter as expectativas – e, como era muito comum no passado, para tentar impedir o aumento da inflação. Assim, se o BC não recorreu a eles, é também porque foi muito bem-sucedido ao conter a inflação e trazê-la de volta à meta.

Mesmo na área fiscal, uma das principais áreas consideradas pelo BC no acompanhamento da inflação, os riscos foram menores do que o esperado. A aliança entre o Congresso e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, abriu caminho para a aprovação do arcabouço fiscal, da reforma tributária e de todas as medidas que o ministro defendia para recuperar receitas.

Esses riscos poderiam ser ainda menores, não fossem os discursos do presidente Lula da Silva contra a responsabilidade fiscal e o boicote de parte da bancada do Partido dos Trabalhadores (PT) à agenda do ministro Haddad.

Nem os membros do PT nem Lula da Silva vão admitir, mas a retomada do controle da inflação e a estabilidade cambial não teriam sido alcançadas se o BC não tivesse tido condições de atuar de forma livre, ignorando a pressão do governo pela redução forçada da taxa básica de juros. Isso é consequência da autonomia formal conquistada pelo Banco Central. ■

## Equador em estado de exceção permanente

**Para enfrentar as organizações do narcotráfico que aterrorizam os cidadãos, o governo equatoriano decreta estado de exceção pela 42.ª vez, e o país parece às portas de uma guerra civil**

O governo do Equador suspendeu no último dia 8 as garantias constitucionais de seus cidadãos por 60 dias e escalou as Forças Armadas para o combate a mais de duas dezenas de facções do narcotráfico. Considerando-se que se trata do 42.º decreto de estado de exceção baixado pelo Poder Executivo em nome da repressão às organizações criminosas que parecem tomar conta do país desde 2019, pode-se dizer que a exceção virou regra.

O recurso a esse instrumento extraordinário, que se provou 41 vezes inócuo, indica a total falência do Estado em sua missão de providenciar segurança e salvaguardar a democracia. Enquanto o governo equatoriano recorria aos velhos instrumentos de sem-

pre, as gangues deflagravam uma onda de terror para desafiar as instituições do país.

Desde terça-feira, o Equador parece às portas de uma guerra civil. A situação foi consumada pelo presidente Daniel Noboa, que decretou estado de “conflito armado interno” e a aplicação do direito internacional humanitário no país. Até a edição do ato, pelo menos dez pessoas haviam sido mortas em tiroteios e explosões de carros-bomba, e os líderes das duas principais máfias tinham escapado de presídios de segurança máxima. No mesmo dia, funcionários da emissora de televisão TC, de Guayaquil, foram subjugados por integrantes de uma das facções no momento em que faziam uma transmissão ao vivo, e as salas de aula da universidade local fo-

ram invadidas por integrantes de outro grupo armado.

A sociedade equatoriana é refém há pelo menos seis anos do crime organizado e da violência que esses grupos promovem dentro e fora dos presídios. Igualmente, vê-se coagida pelas recorrentes suspensões de seus direitos constitucionais por governos de diferentes matizes ideológicos. Noboa repete mais uma vez a perigosa fórmula de desgastar a democracia equatoriana sem ter como garantir que o regime de liberdade sairá íntegro ao final do processo.

A rápida degradação da segurança pública no Equador obviamente preocupa os organismos multilaterais, os vizinhos sul-americanos e os Estados Unidos. Mas essa preocupação ainda não se traduziu em apoio e cooperação. Desde a expulsão da base militar dos Estados Unidos na região portuária de Manta em 2009, no governo do chavista Rafael Correa, o destino do Equador como paraíso do narcotráfico estava delineado. Nessas condições, o país ofereceu às gangues os portos para escoar as drogas, as autoridades permeáveis à corrupção e as forças policiais e militares frágeis. Como se previa, seu território mostrou ser terreno fértil para as facções que estavam enfrentando problemas com a repressão na Colômbia, além dos cartéis mexicanos e albaneses.

Em pouco mais de seis anos, o país deixou de ser uma ilha de relativa tranquilidade na América do Sul para exibir indicadores de violência similares aos de países da América Central – assolados por bandos de narcotraficantes e por milícias há muito mais tempo. No ano passado, a execução do então candidato a presidente Fernando Villavicencio após um evento de sua campanha chamou a atenção para a desenvoltura do crime organizado.

Daniel Noboa, de centro-direita, pouco tratou de segurança pública durante a disputa eleitoral. Mas logo após sua posse, em novembro, anunciou um plano de combate ao narcotráfico que previa a construção de mais dois presídios de segurança máxima e a instalação de navios-prisões – ideias importadas de El Salvador, onde vigora tolerância zero contra supostos criminosos, mesmo que isso signifique a prisão de inocentes aos borbotões. O projeto de Noboa envolveu o afastamento de juizes, procuradores, policiais e agentes penitenciários suspeitos de terem se deixado aliciar pelos cartéis. Desse modo, o presidente se expôs como alvo número um do crime organizado.

Entretanto, ao valer-se de mais um decreto de exceção, Noboa tira dos equatorianos seus direitos constitucionais básicos e os expõe à mira também das Forças Armadas – como se já não bastasse a ação das máfias. ■